

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Milene Tavares de Araújo

A DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert.

Juiz de Fora
2017

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, MILENE TAVARES DE ARAUJO, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201572093A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA**, desenvolvido durante o período de 06/03/2017 a 13/07/2017 sob a orientação de LUIZ FLAVIO NEUBERT, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade, caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

MILENE TAVARES DE ARAUJO

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Milene Tavares de Araújo¹

RESUMO

Partindo do que o brasileiro chama de Educação Pública, o presente trabalho irá apresentar as relações que constituem essa instituição e quais são as relações políticas, estruturais e de desigualdades socioeconômicas que vem colaborando para a formação desse cenário cada vez mais comum entre população brasileira. Irá explicar a accountability e se ela é ou não um modelo capaz de ser aderido pelo sistema educacional brasileiro. Pretende-se de um modo geral contribuir para reflexão sobre a educação brasileira pública, e como isso afeta uma parte da população.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Políticas Educacionais, Accountability

1. INTRODUÇÃO

O cenário educacional no Brasil é formado por diversos acontecimentos históricos, a repercussão desses acontecimentos é vista até os dias atuais como uma grande influência no que chamamos de educação (pública/privada). Segundo Neubert (2014) um acontecimento bem influente para que vivamos esse cenário educacional de desigualdades hoje no Brasil pode ser visto pela transição de uma sociedade agrária para uma sociedade industrializada, logo, essa transição vai caracterizar a falta de estruturas que esses indivíduos carregam e que acaba limitando-os, como a expansão das oportunidades de aquisição de escolaridade.

A educação pública vem se tornando um tema bastante estudado pelas Ciências Sociais, em especial a Sociologia da Educação. Grandes cientistas sociais vêm debatendo a formação que constitui essa educação e, na maioria desses estudos, é bem comum se deparar com a palavra “desigualdade” um termo que se tornou muito habitual ao olhar do Brasil:

“A desigualdade deixa de ser vista como anomalia e passa a ser aceita no argumento como na realidade o é: factual. Logo, seria melhor encontrar um grau ótimo de desigualdade que favoreça ao mesmo tempo a liberdade do que políticas distributivas ilusórias que desencadeiam uma competição negativa, baseada no consumo defensivo. O equilíbrio entre o positivo e o negativo é influenciado por outro equilíbrio: material e posicional. (TAVARES, p.28)

Presente A expansão educacional ocorrida na década de 90 enfatizava uma educação de qualidade, alfabetizar e popularizar a educação de uma forma mais ampla e justa. Mesmo com essa tentativa de expansão, a desigualdade continuou a existir, pois o cenário político vivia em uma grande desordem. Com todo esse aparato não se pode esquecer o passado explorado que o Brasil vivenciou e que sempre influenciou e influencia o cenário da educação nos dias atuais.

Assim como esses processos de tentativas de expansão educacional ocorreram, as ciências sociais vêm estudando e tentando de um modo analisar posições educacionais que possam ser válidas no cenário atual, uma dessas posições é a chamada “*accountability*”, que da maneira mais bruta da palavra são os sistemas de responsabilização, “a *accountability*” está relacionada ao avanço da democracia que, por seu turno, exige que os que exercem funções públicas prestem contas aos cidadãos contribuintes”. (MAGRONE, TAVARES, 2014).

O processo da educação vivida no Brasil

Um povo miscigenado, com um passado farto de saberes, indígenas, portugueses, africanos, o que agrega um grande valor cultural. O Brasil é a junção do mundo inteiro; o que para alguns é defeito. O que é ser brasileiro? Explorado e torturado, educação para poucos, apenas para os brancos. Pode-se dizer que daí vem o que é chamado de educação nos dias atuais, nada mudou desde então. Grandes processos percorridos até o que se vive hoje, e ainda assim é notável que as classes menos privilegiadas venham sofrendo. “A herança

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: milenee28@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert.

colonial, o passado escravagista e o caráter agrário da sociedade brasileira, os quais perduraram até a primeira metade do século XX, deixaram marcas profundas no processo de desenvolvimento da nação...” (NEUBERT p.130).

O Brasil foi constituído por bases desiguais e uma dessas é a educação. Com todo o processo sofrido no passado, repercuti nos dias atuais a expansão educacional da década de 90, no início um projeto lançado com grandes mudanças onde começava o governo do presidente Fernando Collor, através de conferências e órgãos que faziam a união da globalização ser vista; visavam uma educação inicial de qualidade e tinham consciência de que a educação varia conforme o tempo, o lugar e a necessidade, além das variações que iam surgindo ao decorrer do percurso:

“Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deverá estar em condições de aproveitar as oportunidades educacionais oferecidas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Estas necessidades abarcam tanto as ferramentas essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas) como os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos teóricos e práticos, valores e atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem varia de país a país em sua cultura e muda inevitavelmente com o transcurso do tempo.” (apud. WCEA, 1990, p157)

A expressividade e a intenção que surge junto com o governo de Fernando Collor em relação à educação evidenciava naquele tempo, grande mudança. Mas essa mudança não bastou, assim como o governo de Fernando Collor também não chegou ao final. A política sempre falou mais alto, ainda mais quando se trata de educação. Com a saída de Fernando Collor se inicia um novo governo e, por sinal, um novo método educacional. A expansão que realmente tenta entrar em vigor foi a do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que visava uma educação com bases voltada para “cidadania e competitividade”, “reforma dos sistemas educacionais para a capacitação profissional e aproveitamento da produção científico-tecnológica” (CIAVATTA, [FRIGOTTO, 2003](#)). O mundo dizia estar conectado, a globalização era o augú da época. Países pobres e ricos tentando viver as mesmas medidas, reformas “padronizadas”.

O que no governo de Fernando Collor dizia não ter capacidade para uma educação igual em todo mundo devido algumas questões como as culturais, no governo de FHC já se tratava da competitividade, ou seja, em menos de um ano tudo mudou. As classes menos privilegiadas já não entravam no padrão oferecido pelo governo de FHC.

A educação no Brasil é vivida em uma dicotomia, que é a relação entre o público e o privado, ou seja, você é o que você possui. Uma grande observação é que, entre governo e sai governo, uma das principais pautas é a educação, que vive uma constante mudança e que acaba ocorrendo apenas nos dizeres de políticos e, quando se diz ter reforma na educação o poder público acaba visando o cofre público e não a melhoria educacional. Segundo TAVARES “a universalização da educação carrega em si um elemento de frustração de sua capacidade econômica e social e de perda do poder de mercado da credencial educacional” (TAVARES 2016, p.28)

Essa distinção entre a escola pública e a privada faz crescer ainda mais a diferença de uma educação igualitária, o que seria justo em uma real democracia. É comum escutar que muitos indivíduos conseguem alcançar o ensino superior por mérito próprio, fazendo de conta que a desigualdade educacional fosse algo que o próprio indivíduo procurasse ou quisesse que existisse, quando no que tange essa não é a real verdade. Segundo Neubert “O investimento de recursos econômicos e de tempo, por parte das famílias em melhor situação socioeconômica, eleva o potencial de sucesso dos estudantes, pois pais mais educados e com melhor situação financeira dedicam relativamente mais esforços no sentido de garantir a escolaridade dos filhos, desde os níveis mais básicos”. (NEUBERT 2014, p.133)

A expansão educacional não é algo passado, é algo mais que presente nos dias atuais, Neubert também aborda alguns fatores bem intensivos presentes na desigualdade de aquisição escolar e relata que é algo inerente à vontade dos indivíduos que vivem nas condições desprivilegiadas.

Hasenbalg e Silva (1999) chegaram a três conclusões básicas. Primeiro, mesmo controlando-se pela renda familiar, os filhos que possuem pais mais escolarizados têm mais chances de

ingressarem na escola. Em segundo lugar, eles afirmam que independentemente do contexto socioeconômico da família, aquelas que apresentam um número maior de membros incorrem em maiores dificuldades para garantir o acesso das crianças à escola. Em terceiro lugar, a introdução de variáveis relacionadas à estrutura familiar diminui o efeito independente da cor, pois parte do efeito antes atribuído somente à cor foi reconhecido como devido às diferenças nas estruturas familiares entre os grupos não brancos (HASENBALG; SILVA, 1999, p. 145). Ou seja, a raça apresenta um efeito direto e outro indireto, este último ligado às trajetórias familiares que se dão diferentemente entre o grupo dos brancos e dos não-brancos (HASENBALG E SILVA 1999 apud NEUBERT 2014, p.136)

O Brasil apesar de ser um país rico, acaba tonando-se pobre pela falta de investimentos em seu povo. A desigualdade educacional se torna ainda maior em relação às crianças não brancas, um país que em sua formação é visível à miscigenação carrega problemas de discriminação. Segundo Neubert “a discriminação racial no Brasil não é uma herança do período colonial escravocrata que se perpetua até os dias atuais, mas, sim, um mecanismo de exclusão institucionalizado que impede que indivíduos, no caso, pretos e pardos, ocupem as posições mais privilegiadas que, por sua vez, surgem em função do desenvolvimento capitalista e da estrutura de classes”. (NEUBERT 2014, p.141)

Como se não bastasse às oportunidades educacionais não serem iguais para todos em um país denominado democrático, “ao se debater a igualdade de oportunidades no mundo moderno, o papel da educação assume destaque. No entanto, a equalização social não foi sempre um objetivo escolar prioritário. A escola começou a ser objeto das políticas de equalização quando já consolidado o primeiro estágio de construção de um modelo de escola única, e definido um conjunto de saberes e práticas que forjariam a identidade e a unidade nacional.” (TAVARES 2016, p.24)

As elites sempre possuíram poder no que tange a educação, sem alcançá-la, vai ficando ainda mais complicado o cenário brasileiro no que diz respeito às classes desprivilegiadas, pois, no mundo moderno a existência do capital financeiro vai se tornando cada vez mais presente.

“A competição posicional tende a se tornar “um jogo de soma negativa”. Um contraponto possível é que crescimento econômico pode provocar a ampliação das posições e dos benefícios sociais, pela expansão da economia, logo uma expansão absoluta e relativa das posições sociais “privilegiadas”. Tal fenômeno é claramente observado na aferição da mobilidade social estrutural, onde a ampliação das posições nas classes mais altas, provocada pela industrialização e expansão econômica, amplia consigo as oportunidades de mobilidade ascendente.” (TAVARES 2016, p.29)

A estrutura educacional e sua desigualdade é algo que vem desencadeando cada vez mais a discriminação racial e a falta de oportunidades. “Os grupos mais favorecidos e que ascendem a posições sociais privilegiadas não produzem regras que vão de encontro às suas possibilidades de manutenção no poder.” (TAVARES 2016, p.36). Logo é algo insustentável para as classes menos privilegiadas; a educação que é algo para ser adquirido por todos, com as distinções de raça e classe social torna-se algo inatingível. O cenário vai se tornando ainda mais devastador quando se trata de educação superior e mercado de trabalho para as classes menos favorecidas. As classes privilegiadas vêm sempre se destacando com os maiores salários, e desempenhos educacionais, pois no Brasil você é o que possui.

Accountability, a solução do sistema educacional brasileiro?

O nascimento da educação no Brasil e o percurso da mesma se tornou devastador para o que realmente a educação brasileira necessita. O Brasil do século XXI não é o mesmo do século XIX, apesar de tido muita influência no sistema educacional. O Brasil é formado por diferentes classes sociais, o que vem sendo utilizado com ênfase negativa quando se trata de educação. Segundo Neubert existe “um indicio da importância que a renda familiar exerce sobre as chances de se concluir um ciclo na trajetória escolar”. (NEUBERT 2014, p.136)

As instabilidades políticas vêm se tornando cada vez mais comum no Brasil. Os interesses políticos mostram-se cada vez mais preocupados com um avanço da democracia, porém as políticas de desenvolvimento educacional não entram nesse avanço. Essas oscilações podem ser vistas através das reformas que cada governo vem fazendo. Em um cenário democrático, a educação deveria ser a principal fonte para um progresso.

Vejamos a “*accountability*”, segundo os estudos ela se mostra integrada ao desenvolvimento da democracia (MAGRONE, TAVARES, 2014). Para compreendê-la é necessário ter noção de como o padrão educacional do Brasil funciona e como ela poderia funcionar. A educação brasileira segue um modelo, cujo princípios fundamentam-se na Constituição, porém a realidade não condiz com a atual situação. Magrone e Tavares (2014) relatam que “a liberdade de ação profissional e de gestão pública sempre está, no entanto, regida pelos interesses sociais, em última instância, salvaguardados pela Constituição”. (MAGRONE e TAVARES 2014, p.15) No Brasil os interesses políticos predominam sobre os interesses sociais. Os profissionais da educação no Brasil vêm se mostrando cada vez mais pressionados a baterem metas. Existe um padrão ultrapassado a ser seguido, onde a falta de autonomia dos profissionais vem sendo uma das principais prerrogativas.

A padronização de um sistema de responsabilização e sem distinção entre o público e o privado seria um progresso favorável para o Brasil, deixaria de falar primeiro segundo a Constituição e começaria a atender os interesses sociais.

O espaço entre a liberdade e sua limitação é o espaço da autonomia, defendida como necessária à gestão eficiente para obtenção de melhores resultados, uma vez que a tomada de decisões num determinado contexto, seria mais bem regida por aquele que melhor conhece as condições objetivas, operacionais e conjunturais que caracterizam tal contexto, ou seja, o Gestor local, como agente competente, responsável e eticamente comprometido com a realização do bem comum. (MAGRONE e TAVARES 2014, p.15)

A *accountability* é um grande projeto para um país que consegue progredir junto com a democracia. Segundo Magrone e Tavares (2014) a *accountability* é um conjunto de reformas baseada em padrões, que são eles: “um padrão curricular comum, avaliação sistemática do desempenho, regras para promoção e graduação de estudantes (padronização burocrática), estabelecimento de metas, acordos acerca da divulgação dos resultados, sistemas de comparação entre as unidades (Escolas) e a adoção, ou não, de incentivos e sanções baseados no progresso institucional.” (MAGRONE e TAVARES 2014, p.43)

O cenário brasileiro atual vivenciou uma tentativa de expansão educacional a qual não condizia de fato com a sua realidade, o que interfere até os dias atuais. É necessário um engajamento tanto político quanto populacional, para que vigore um novo sistema educacional. Segundo Neubert “o investimento do sistema educacional deve ser realizado para minimizar as desigualdades, mas, também, devem-se propor ações efetivas que visem reduzir as desvantagens das classes menos privilegiadas”. (NEUBERT 2014, p.128). Assim, a educação não teria a distinção entre classes e etnias, a democracia no Brasil começaria a progredir, como entre outros países, mas conforme sua necessidade sociocultural.

No Brasil, o contexto social é distinto e parece nunca ter havido um nível de engajamento social frente aos indicadores ruins de qualidade da educação como houve na Inglaterra e nos Estados Unidos. Por outro lado, as corporações docentes no Brasil mostram-se muito mais combativas e resistentes do que lá se mostraram. Por isso, embora tenhamos melhores condições de adotar medidas de incentivo à melhoria de desempenho, uma vez que temos um Sistema Educacional muito mais alinhado (com instituições fortes e aceitas socialmente como os PCNs, o SAEB, o LDB, e o novo IDEB) e, portanto, não precisaríamos de muitos esforços para realizar nossa Reforma Baseada em Padrões, essa prática tem se mostrado muito mais difícil aqui, por várias razões comumente apontadas. Entre estas se destacam a forte resistência corporativa, inclusive ao diálogo sobre o tema; as frequentes oscilações governamentais e o “descontinuísmo” de políticas de governo; e o baixo nível de mobilização social frente ao tema, mesmo diante da gravidade da situação e da emergência de mudanças. (MAGRONE e TAVARES 2014, p.44)

Segundo Magrone e Tavares (2014) o sistema de responsabilização vem realizando tentativas de implantações no Brasil, que ocorreu em alguns estados, um deles foi o Paraná que “envolveu a divulgação de resultados das escolas, incluindo o envio aos pais de alunos, através do Boletim da Escola. É a forma mais branda de responsabilização (*low stake*). Todavia, a forte oposição docente, a baixa mobilização de pais e comunidade escolar, junto com a falta de continuidade das políticas públicas, seja de avaliação sistemática para provimento de dados de progresso, seja de continuidade das ações diretamente ligadas à melhoria da qualidade

da educação, acabaram por promover o enfraquecimento da política e sua conseqüente extinção.” (MAGRONE e TAVARES 2014, p.43).

Com essa colocação, acredita-se que a *accountability* é um sistema que não abrange apenas o ambiente escolar, mas sim o cotidiano de uma forma geral do indivíduo, a responsabilidade não caberia apenas ao professor e gestor, de passar o conhecimento, mas também aos pais e responsáveis envolvidos. A sociedade torna-se presente de uma forma positiva na vida do indivíduo. Acredita-se que esse processo não é tão simples; segundo Magrone e Tavares (2014) “as experiências evidenciam que a adoção de medidas de responsabilização é uma decisão mais complexa do que um simples plano de incentivos. Sua precipitação pode trazer efeitos colaterais e difíceis de serem superados com o tempo.” (MAGRONE e TAVARES 2014, p. 44) Um investimento que modifique o plano seguido por muitos anos pode ter um impacto, por isso é necessário ter investimentos em qualificações de profissionais, estrutural, de uma forma que tente fazer a inserção desse novo plano educacional não tenha impactos negativos. Segundo Magrone e Tavares (2014) “o desenho de um sistema de responsabilização merece cuidados políticos e sociais amplos, acompanhados de competência técnica elevada e multidisciplinar”. (MAGRONE e TAVARES 2014, p.44)

No Brasil a necessidade uma reforma educacional vem se mostrando cada vez mais necessária, a educação oferecida sofre com grandes faltas de incentivos, tanto governamental quanto social. “Quanto maior o engajamento ou a mobilização social em torno do tema e da política, maiores são as chances de um sistema de responsabilização obter êxito.” (MAGRONE e TAVARES 2014, p.44) Porém, a realidade vista no Brasil em relação à situação educacional é desumana. O Brasil pode ser visto em campo educacional pela distinção entre o público e o privado, um dos principais fatores de mobilização social, pois segundo Neubert (2014) pais com condições socioeconômicas mais elevadas investem mais em seus filhos com melhores escolas e cursos.

“Ao se falar em “pacto educacional” no Brasil, não é possível olvidar a realidade perversa que separa os sistemas de Educação Básica públicos e privados. Hoje, talvez mais do que nunca na história da educação escolar brasileira, a separação qualitativa entre escola pública e privada faz uma lúgubre homenagem ao célebre educador brasileiro, Anísio Teixeira, que, ainda na década de cinquenta do século ora encerrado, dizia que existiam dois tipos de educação: “A educação dos nossos filhos e a educação dos filhos dos outros [...] a educação pública do País aparece como objeto de vaga preocupação da opinião pública de seus formadores e entra definitivamente para os programas de governo e para a agenda de ações dos homens e mulheres de boa vontade, quase sempre situados no âmbito do setor empresarial. Em outras palavras, a melhoria da escola pública é hoje uma das bases de sustentação dos agentes políticos no mercado eleitoral.” (MAGRONE e TAVARES 2014, p.46)

A necessidade de uma reforma educacional é visível, assim como o cenário político e a desigualdade social, pois para investir na educação é necessária uma nova visão do que o povo brasileiro tem pensado sobre é um sistema democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil passou por várias transformações ao longo dos tempos, desde sua formação escravagista até o processo democrático vivido nos dias atuais. De fato a educação com todas suas dificuldades vem sendo vivenciada no país de uma forma ainda muito desigual. A transformação educacional não deve partir do pressuposto apenas de uma educação mais justa, mas de um sistema social mais justo, pois para uma população que vive a desigualdade por capital sociocultural e racial, seu problema não está apenas na educação escolar, mas na educação do que se é produzido moralmente.

Tenhamos a educação como principal alavanca de transformação nesse necessário, assim como o sistema de responsabilização “*accountability*”. É necessário que tenhamos uma visão de progresso democrático, onde a educação seja adquirida para todos, e que não faz distinção racial e sociocultural. É preciso ter noção de que a democracia não é apenas para as elites, mas para a população de uma forma em geral, o avanço da democracia está ligado à melhoria de toda a população.

Ao longo desse trabalho é possível ver as transformações vivenciadas no cenário educacional, como as tentativas de expansão, as transformações políticas que influenciam ainda mais a desestabilidade educacional, pois um governo que vive em transição modifica os planos educacionais e o processo desigual entre classes que

vivencia o país. Vimos, então, que a busca por melhorias no sistema democrático devem partir de um pressuposto social, que tenha engajamento com o âmbito educacional. A educação é a única certeza da transformação brasileira, uma população com visão de totalidade quer a melhoria para todos. O progresso da desigualdade educacional suplantado pelo progresso de responsabilização. Assim como fala Magrone e Tavares (2014) “rumo a uma educação de qualidade que deixe de ser privilégio, passe de fato a ser garantida como direito e aponte para a construção de uma sociedade igualitária e democrática.” (MAGRONE e TAVARES 2014, p.48)

BIBLIOGRAFIA

BRANDAO, Z.. A produção das elites escolares: escolas, famílias e cultura. Cadernos do CRH (UFBA), v. 20, p. 15-22, 2007.

MAGRONE, E. ; TAVARES Jr, F. . A “accountability” como fator de instabilidade do pacto educacional brasileiro. Educação em Foco (Juiz de Fora), v. 18, p. 11-48, 2014.

NEUBERT, L. F.. Expansão educacional e desigualdade de raça no Brasil. Educação em Foco (Juiz de Fora), v. 18, p. 49, 2014.

TAVARES Jr,F. Reprodução e mudança social: debates na Sociologia da Educação. Teoria e Cultura (UFJF),v.11, p.23-43, 2016.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação & Sociedade (Impresso), Campinas, v. 1, p. 93-130, 2003.